A Escola e o seu Projeto Político Pedagógico em Questão: O Espaço da Educação Especial e Inclusiva

The School and its Pedagogical Political Project in Question: The Space of Special and Inclusive Education

José Batista de Barros¹; Adriana Letícia Torres da Rosa².

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco-CAP UFPE, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no documento. Toma como referencial teórico, além da base de sustentação legal que ampara a Educação Especial no país, estudos que vislumbram a perspectiva inclusiva da educação, especialmente as proposições de Mantoan (2003) e Silva (2012); bem como de Libâneo (2004), Vasconcellos (2000) e Veiga (1998,1995) no que concerne às dimensões do Projeto Político Pedagógico escolar. De base qualitativa, a pesquisa possui como categorias de análise as diretrizes para o atendimento às necessidades educacionais especiais: a concepção de educação especial no PPP; as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência e as metas a serem alcançadas quanto à consolidação da educação especial na escola. Os resultados apontam que o PPP apresenta uma concepção de educação especial e inclusiva consonante com a teoria de base. O documento diagnostica que não há aluno com necessidades educacionais especializadas oficialmente na escola, contudo prevê flexibilizações no currículo para implementação e acompanhamentos futuros, também antevê a necessidade da formação docente e adaptações dos recursos humanos e físicos para o atendimento adequado no âmbito da educação especial e inclusiva.

1 Formado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará-CE (2006). Mestre (2012) e Doutorando (2017) em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. É Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva, Gestão Educacional, e em Coordenação Pedagógica. Atualmente é Professor da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, com lotação no Colégio de Aplicação- CAP. É Coordenador do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do Colégio de Aplicação - NACI/CAP/CE/UFPE e também Coordenador do Setorial Recife do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco NACE/UFPE. Desenvolve pesquisas na área de educação, especialmente, nos seguintes temas: Educação Básica, Educação Especial e Inclusiva, Linguística, e Formação Docente. Membro dos grupos de pesquisas: Experimentação Pedagógica e Formação de Professores na Educação Básica: Núcleo de Estudos Literários e Linguísticos da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e do PAII- Práticas de Aprendizagens Integradoras e Inovadoras da Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Membro do Centro Paulo Freire de Estudos em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

2 É professora de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Pernambuco - Colégio de Aplicação. Possui graduação em Letras pela UFPE, especialização em Ensino, Aprendizagem e Avaliação de Língua Portuguesa, mestrado e doutorado em Letras, área de concentração em Linguística pela mesma universidade. Com experiência em magistério da Educação Básica à pós-graduação, atua principalmente nos seguintes temas: leitura, gêneros e tipos textuais, ensino-aprendizagem e avaliação em língua portuguesa. É líder do grupo de pesquisa “Experimentação Pedagógica e Formação de Professores na Educação Básica: Núcleo de Estudos Literários e Linguísticos” (CNPq). Atualmente acumula o cargo de Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio de Aplicação da UFPE.

Abstract

This paper aims to investigate the Pedagogical Political Project (PPP) of the College of Application of the Federal University of Pernambuco-CAp UFPE, observing the proposal of affirmation of the actions of special and inclusive education addressed in the document. It takes as theoretical framework, besides the legal support base that supports the Special Education in the country, studies that glimpse the inclusive perspective of education, especially the proposals of Mantoan (2003) and Silva (2012); as well as Libâneo (2004), Vasconcellos (2000) and Veiga (1998,1995) regarding the dimensions of the School Educational Political Project. On a qualitative basis, the research has as categories of analysis the guidelines for attending to special educational needs: the conception of special education in the PPP; the theoretical-methodological propositions for the care of students with disabilities and the goals to be reached regarding the consolidation of special education in the school. The results indicate that the PPP presents a conception of special and inclusive education consonant with the basic theory. The document diagnoses that there is no student with officially specialized educational needs at school, however, provides flexibility in the curriculum for future implementation and follow-up, also anticipates the need for teacher training and adaptations of human and physical resources for adequate care in special education and inclusive.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Projeto Político Pedagógico. Necessidade Educacional Especial.

Keyword: Special Education. Inclusive education. Political Pedagogical Project. Special Educational Need.

Introdução

Esta pesquisa se atém em investigar e evidenciar a importância das adaptações curriculares, do projeto político pedagógico e dos recursos tecnológicos aplicados às necessidades educacionais especiais frente às exigências das políticas educacionais que contemplam a diversidade, no contexto da educação inclusiva em uma escola pública federal.

Os estudos realizados estão à luz do entendimento legal³ das políticas nacionais e institucionais para a educação especial e do papel da educação no processo de inclusão social, para a produção de conhecimentos sobre ações de cidadania e organização sociocultural com vistas a uma sociedade mais justa, humana e fraterna. Nesse contexto, o trabalho está situado no campo da Educação Especial, tendo como bases de sustentação epistemológicas, teorias que têm como ponto comum a perspectiva inclusiva de estudos sobre a educação, especialmente as proposições de Mantoan (2003) e Silva (2012); bem como de Libâneo (2004), Vasconcellos (2000) e Veiga (1998,1995) no que concerne as dimensões do Projeto Político Pedagógico escolar.

Nesse caminhar, entendemos que escola se apresenta como espaço privilegiado, pois é onde se instauram os primeiros ensaios da organização social e cultural na vida da criança e

³ Em especial: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica BRASIL, 2001); e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, No. 13.146 de 06 de junho de 2015.

do adolescente. Nesse espaço, norteiam-se as várias missões de, nos tempos atuais, se promover o desenvolvimento humano, com base no estudo de diversas áreas do conhecimento, a fim de preparar os indivíduos para convivência social mais significativa. É nesse sentido que Mantoan (2003) destaca que a inclusão se legitima, no Brasil mais efetivamente,

Porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30).

A escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial, conceitua-se como uma nova escola que valoriza a diversidade em detrimento da homogeneidade. Para tanto deve se valer da sua arma mais poderosa: o seu projeto político-pedagógico e através dele, do currículo flexível, da metodologia, da avaliação e das estratégias de ensino motivadoras, devem promover as ações que contribuam para a inclusão social e para diferenciadas práticas educativas que objetivem atender a todos.

Nesse contexto, o PPP assume um importante papel para o favorecimento da inclusão escolar. Conforme Vasconcelos (2000), o documento permite a reflexão sobre a função da escola na formação de cidadãos críticos e responsáveis para atuarem na sociedade. Apresenta os anseios da comunidade escolar e a proposta de ação concreta para realização desses desejos. Assim, define os projetos educativos necessários para tal fim.

Com isso, o objetivo deste trabalho é investigar o PPP de uma escola pública federal, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco- CAP UFPE, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no documento. De base qualitativa, a pesquisa será desenvolvida, analisando-se o PPP da referida instituição, documento esse construído coletivamente, revisitado e atualizado no ano de 2016.

Nesse caminhar, o problema que nos motiva ao estudo é simples, mas, definidor para apontar a instituição como praticante de políticas de inclusão, tão questionadas e esperadas pela sociedade contemporânea: O PPP do CAP-UFPE atende aos princípios da educação especial e inclusiva no que concerne a previsão e a consecução de um atendimento especializado e inclusivo aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem?

Nas nossas hipóteses, a educação inclusiva na perspectiva da educação especial na referida instituição é abordada de forma não sistemática, sem aprofundamento no que diz

respeito às práticas vivenciadas no seu interior, e nas ações práticas de seus componentes. Acreditamos que não seja por falta de conhecimentos das políticas públicas em vigor na sociedade, mas por falta de um despertar consciente por parte da comunidade acadêmica da importância do tema para a formação cidadã.

Inicialmente, discutiremos os pressupostos da educação inclusiva, com observância ao tratamento das necessidades educacionais especiais na escola. Também refletiremos sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de afirmação da educação inclusiva na educação básica.

Finalizaremos, analisando a última revisão do PPP do Colégio de Aplicação da UFPE, elencando como categorias de estudo as suas diretrizes para o atendimento às necessidades educacionais especiais: a concepção de educação especial no PPP; as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência e as metas a serem alcançadas a médio e longo prazo quanto à consolidação da educação especial na escola.

1. A escola e a educação especial e inclusiva: as necessidades educacionais especiais dos alunos

O processo educativo, um dos principais alicerces para a vida social, deve proporcionar aos aprendizes os meios necessários para o seu desenvolvimento sociocognitivo para assim, perceberem o seu papel enquanto cidadãos. A apropriação crítica do conhecimento socialmente sistematizado na escola irá possibilitá-los a participar das diversas situações que se apresentarão ao longo de sua vida.

Analisando a função social da escola hoje, essa pode ser entendida como um espaço de socialização e de inserção social que leva o sujeito ao caminho para construção de sua consciência crítica e da ética, e a capacidade de reflexão do sujeito na sociedade.

Diante desse singular papel da escola, espera-se, pois, que a temática da educação inclusiva e especial seja discutida e exercitada no conjunto da organização administrativa e pedagógica, para construção de um espaço em que conhecimentos e habilidades vivenciados apontem para o exercício da cidadania. Contudo, os estudos acadêmicos na perspectiva da inclusão e acessibilidade sugerem que essa área ainda carece de efetivação plena não só no espaço em sala de aula, mas também no âmbito administrativo e ainda no infraestrutural das instituições. E, embora o amparo legal normatize e obrigue as instituições a se adequarem

para receber dignamente o público atendido pela educação especial, na prática, muito ainda é necessário avançar.

Para Mantoan (2003), a diferença entre os seres humanos é que nasce a resistência da escola à inclusão, por sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da variedade, da diversidade. Lembra-nos ainda que, para as mudanças fundamentais da escola são necessários: recriação do modelo educativo escolar que tenha como essência o ensino para todos; reorganização pedagógica da escola, com abertura de espaços para cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por todos que nela atuam; garantia aos estudantes do tempo e da liberdade para aprender, um ensino que não segregue e que abomine a reprovação; formação continuada e aprimoramento que valorize o docente para que esse tenha motivação para ensinar a todos. Para autora,

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprendem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!
(Mantoan,2003, p.91)

O paradigma da educação inclusiva sugere a transformação da sociedade, do olhar para o diferente, no estabelecimento e ampliação da participação de todos que compõem o todo. De acordo com as ideias de Silva (2012), por tratar-se de um movimento reestruturador das culturas, das práticas pedagógicas e das políticas praticadas nas instituições de ensino, espera-se que estas atendam e respondam à diversidade dos estudantes que a ela chegam. Percebendo o indivíduo em suas singularidades e objetivando a satisfação pessoal, assim como, o seu crescimento sem relegar o coletivo.

Por perpassar as várias dimensões humanas, a inclusão exige mudança de posturas cristalizadas, de forma a garantir cada vez mais espaço na sociedade contemporânea e de modo a contribuir na reestruturação de ações e práticas inclusivas e livre de preconceitos. Essa consciência poderá ser despertada através da autopercepção.

Prevista nos documentos oficiais, mas, em especial nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, como uma modalidade de educação escolar, a educação especial na perspectiva da inclusão deve perpassar todas as etapas e níveis de ensino. Orientam que a inserção nos sistemas de ensino desses alunos se dê preferencialmente nas classes comuns. As diretrizes preveem ainda a regulamentação dos direitos de acesso e permanência dos estudantes com deficiências e/ou com alguma necessidade educacional

especial, tais como cegueira, surdez, deficiência intelectual, deficiência físico-motora, transtorno global do desenvolvimento e do comportamento, superdotação e altas habilidade.

Para prática da inclusão escolar, considerando a educação especial, nas proposições de Silva (2012), faz-se preciso uma série de ações integradas a citar: parceria entre professores da sala comum e da educação especial, na dinâmica do ensino colaborativo em que os profissionais planejam dialogicamente as práticas pedagógicas para um atendimento mais individualizado conforme cada necessidade específica; a parceria entre os professores e outros profissionais da equipe pedagógica (pedagogos e psicólogos, por exemplo), e entre esses e a família, a fim de, num processo colaborativo, as informações relevantes para o desenvolvimento do aluno, na escola e em demais espaços sociais, sejam mais efetivas.

Promover o atendimento aos sujeitos com necessidades educacionais especiais de forma a garantir a aprendizagem e o desenvolvimento desses: assim deve se configurar a educação especial. Alicerçada numa prática pedagógica, dinâmica e flexível, que respeite o tempo e as condições humanas de cada um, requer mudanças significativas na estrutura e no planejamento das instituições, na formação humanística dos envolvidos e nas relações família-escola.

1.1 O projeto político pedagógico como instrumento de afirmação da educação especial

A inclusão social é um processo dinâmico que está em constante evolução e caracteriza-se como o conjunto de meios e ações que beneficiam e agregam pessoas que vivem à margem da sociedade e excluídas por diferentes fenômenos de variadas diferenças sejam elas de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Trata-se portanto de processo complexo, que, em suma tem em sua essência a oferta de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos, portanto deve ser a possibilidade, a virtualidade e a realidade do sentimento de pertencimento.

No que se refere à instituição escola, alguns conceitos devem estar envolvidos nas ações de seus atores tais como o reconhecimento que todos os alunos podem aprender; reconhecimento e respeito às diferenças de idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde ou qualquer outra condição; flexibilização do currículo de forma a permitir que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as

necessidades dos estudantes. Além de não perder de vista a sua função social de que é parte de uma estratégia mais abrangente de promoção de uma sociedade inclusiva.

O movimento de inclusão dos estudantes na escola, seja ela social ou derivada de alguma necessidade especial, é construído de forma a garantir a transversalidade das ações da educação e também fomentar o desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas para eliminar barreiras no ensino-aprendizagem. Todo esse processo precisa estar sinalizado no PPP como diretriz para construção de uma escola democrática de fato.

O projeto político-pedagógico é oriundo de um processo de diálogo e reflexão permanente da escola – lugar de concepção, realização e avaliação. O PPP é definidor da identidade da escola e indica caminhos para o ensino de qualidade. Na sua base constitutiva, esse documento, segundo Veiga (1995),

É político no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade, e é pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades. (VEIGA, 1995, p.13).

O PPP se materializará, conforme Vasconcellos (2000), no estabelecimento de um marco referencial, em que a escola reflète sobre o seu contexto situacional, sobre a sua orientação político-filosófica e sobre o que pretende alcançar enquanto espaço de formação humana; na constituição de um diagnóstico da realidade escolar, em que se identificam os problemas mais relevantes para a comunidade os quais necessitam de intervenção; e no estabelecimento de uma programação referente a um conjunto de ações que visam a resolução de problemas e da superação das dificuldades identificadas. Em todas essas etapas, o compromisso com a educação especial na perspectiva da inclusão deverá ser afirmado.

Assim, é imprescindível que, no projeto, estejam contempladas as ações mais adequadas para o atendimento às necessidades sociais e individuais dos educandos. No currículo, deve estar prevista a flexibilidade das atividades de forma a contemplar as variadas necessidades individuais e coletivas dos alunos. Significa a organização do trabalho pedagógico como um todo. Para tal feito é importante que os principais interessados participem da sua elaboração. A elaboração de um plano de trabalho coletivo vai facilitar a escola a enxergar como transformar a realidade do contexto. Segundo Gadotti,

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que

cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores (1994, p. 579).

O processo de elaboração e implantação do projeto pedagógico é complexo e questionamentos sobre determinados pontos sempre aparecem. Sua construção quando compartilhada e envolvendo o “todo”, provoca mudanças significativas no modo de agir e pensar da comunidade escolar. Quando o coletivo enxerga, de forma clara, qual é o foco de trabalho da instituição e participam com empenho, afinco e determinação, vira parceiro da gestão democrática. Para Libâneo (2004),

A escola que consegue elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto político-pedagógico dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda comunidade escolar (p. 152-153).

Para sua elaboração e consecução, necessário se faz conhecer a realidade na qual está situada a instituição e a comunidade assistida, e em seguida refletir sobre o contexto para só depois partir para o planejamento das ações e posterior construção do atendimento as demandas evidenciadas.

Nesse sentido, entende-se que o projeto é uma construção coletiva e deve buscar consolidar os ideais de uma escola democrática, inclusiva, resiliente e abrangente. Para Demo (1998),

Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência (p. 248).

A escola administrada de modo eficiente e operativo, oferece as verdadeiras condições para a melhoria da qualidade do ensino proposto pelo corpo docente e das aprendizagens verificadas nos estudantes possibilitando que seus integrantes tenham consciência de por onde caminham e de como devem caminhar, interferindo também em seus limites.

O entendimento de uma nova atitude dos envolvidos no processo, vai sendo construída à medida que todos refletem acerca dos seus papéis e sua importância no conjunto

das ações. Os docentes ao elaborarem suas propostas específicas, considerando as características do projeto institucional suas possibilidades e os limites de cada grupo e suas especificidades, reelabora sua prática. A comunidade escolar tem que ter consciência do seu poder de organização e, exigir dos responsáveis legais a ampliação e melhoria das estruturas físicas e humanas de modo a oferecer melhores condições de desenvolvimento do processo educacional.

O objetivo comum se afirma nas pequenas atitudes, cujo foco é um só: contribuir na formação do aluno, qualificando-o como cidadão consciente e capaz de decidir o seu destino.

2. O projeto político pedagógico do Colégio de Aplicação da UFPE em análise

Na perspectiva da efetivação da concepção de educação inclusiva, a proposta pedagógica explícita no PPP da escola de educação básica deverá consubstanciar o trabalho da educação especial: diagnosticar, planejar e providenciar os recursos pedagógicos; capacitar os recursos humanos para a consecução do atendimento; bem como, propiciar as condições de acessibilidade necessárias às especificidades dos alunos. É nesse sentido que nesta seção, analisaremos o documento institucional do CAp UFPE.

2.1 A educação especial no PPP do CAp UFPE

Em levantamento realizado na instituição, no ano de 2016, mostrou-se que nenhuma família procurou o Serviço de Orientação Educacional (SOE) solicitando atendimento educacional especializado para os educandos. Porém através do acompanhamento psicopedagógico, a equipe do referido serviço tem detectado alguns estudantes com o quadro de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sob acompanhamento médico. Identificaram-se também casos suspeitos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em certos alunos (as), ainda sem confirmação da família ou de laudo médico específico. Registra-se também a dificuldade no encaminhamento de ações no que diz respeito à resistência das famílias em omitir informações dessa ordem, e da dificuldade da escola em lidar com situações dessa ordem de forma a garantir o pleno desenvolvimento do aluno nas ações educativas.

2.2 A concepção de educação especial

O PPP do CAP UFPE, no que diz respeito à educação especial e inclusiva, dedica o Capítulo V, na sua íntegra, ao tema “Acessibilidade e Educação Inclusiva: perspectivas para o CAP-UFPE”. O capítulo exclusivo apresenta as concepções de educação especial e inclusiva, com vistas ao reconhecimento da legitimidade do direito à educação pública e de qualidade para todos.

Suas fundamentações estão ancoradas nos documentos oficiais institucionalizados a saber: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal de 1988; A Conferência de Salamanca (1994); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96; Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e o Estatuto da pessoa com deficiência (2015), e em referenciais teóricos que consubstanciam suas posições ao longo de todo o texto redigido.

A concepção de educação especial está explícita em dois momentos no corpo do texto.

A educação inclusiva é um processo educacional inserido em uma proposta pedagógica que deva propiciar um conjunto de estratégias e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para subsidiar, complementar, suplementar e garantir a escolarização ao promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais. (p. 81-2)

A Educação Inclusiva se configura, pois, como emancipatória no sentido de pautar-se em reflexões éticas e humanizadoras que aderem à integração social do Plano Nacional de Educação que visam a proporcionar aos alunos integrados no contexto escolar condições plenas para o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia para o digno exercício da cidadania. (p. 80)

Pelo fato de dedicar, especificamente, um capítulo inteiro do seu PPP à educação especial, a instituição demonstra a importância dada ao tema. Enquanto percebemos o quão debatido tem sido a temática na sociedade por estudiosos e pesquisadores, poucas instituições se debruçaram sobre o seu PPP para atualização no que diz respeito à educação especial e inclusiva. As concepções verificadas e adotadas pelo CAP UFPE trazem no seu âmago explícitas diretrizes para formação acadêmica, e sobretudo humana, pautada em ideais de respeito, humanidade, integração, autonomia e ética que vislumbram a promoção e o desenvolvimento reflexivo, tão necessários para o digno exercício da cidadania dos estudantes.

Reconhece ser a educação inclusiva um desafio de todos e que, nem a escola e nem a sociedade estão preparadas, totalmente, para lidar com tal desafio mas, que essa não poupará esforços para o alcance dos propósitos expostos no PPP:

É dentro desta conjuntura de mudanças e da ausência de um documento mais sistêmico que a comunidade deste Colégio decidiu intensificar o processo de elaboração do Projeto Pedagógico do CAp nos últimos anos, discutindo-se com a comunidade escolar princípios e diretrizes para o ser e o estar na Escola. Soma-se a esta dinâmica, a necessidade inexorável de repensar a escola de forma inclusiva, abrindo suas portas para o aluno com deficiência. (p.11-2).

Vê-se ainda, explicitamente, a preocupação com a reelaboração da nova redação ao documento e a intensificação dos esforços no sentido de dar acesso à escola para todos.

2.2.1 As proposições teórico-metodológicas para o atendimento aos alunos com deficiências

As proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência, instituídas no documento base, preveem ajustes e adaptações no currículo, em todas as modalidades de educação, e de modo geral na escola inteira, de forma a contemplar todos os estudantes. No que se refere a tais proposições para a educação especial e inclusiva, o PPP do CAp UFPE explicita a preocupação com a função social e a formação cidadã na escola:

Pensar o currículo implica, dentre outras possibilidades, assumir uma visão de mundo, de ser humano e de sociedade que se configuram mutuamente, elencando, selecionando, sequenciando e dosando que conteúdos da cultura serão desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem, em determinado nível ou modalidade de ensino. (p.41)

Quanto às possibilidades de trabalho na perspectiva inclusiva no currículo, o PPP assinala que professores, servidores e gestão possam trabalhar conjuntamente para atender os estudantes com algum tipo necessidade educacional especial. O debate sobre repensar a flexibilização do currículo para o público específico da educação especial é visível no trecho que se segue:

No tocante à questão, o debate sobre a Educação Inclusiva se presentifica no seio da comunidade escolar de modo que haja projeções para se adequar o espaço escolar para maior acessibilidade, como também para se repensar o currículo e a formação docente com vistas ao trabalho pedagógico (...). (p.79)

Os ajustes e as adaptações no currículo da educação especial e inclusiva no PPP estão em consonância com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Previstas em lei, as flexibilizações, encontram espaço, garantindo o direito de todos à educação, como se pode verificar nos recortes:

Assim considerado, entendemos por adaptação curricular as ações pedagógicas que visem flexibilizar o currículo com o objetivo de favorecer a aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares podem envolver decisões amplas, no âmbito da instituição e do Projeto Pedagógico, como decisões mais específicas e individualizadas. (p.86)

Cabe destacar que tais considerações colocam o aluno no centro do processo educacional e devem ser realizadas a partir do currículo regular, mediante processo gradual de adaptação. O professor deve adotar formas progressivas para adequar o currículo, e essas adequações devem ocorrer de acordo com as necessidades do seu aluno. (p.86)

É nesse caminhar que o referido PPP prevê proposições teórico-metodológicas relevantes para o atendimento do aluno com deficiência: a proposta pedagógica de acessibilidade revela-se como um conjunto de estratégias e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para subsidiar, complementar, suplementar e garantir a escolarização ao promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O Plano Educacional Individualizado (PEI), no referido projeto, apresenta-se como uma proposta personalizada para se diagnosticar e planejar intervenções pedagógicas que ressaltem as potencialidades e valorize as capacidades dos estudantes, norteando a forma de escolarização mais adequada, além dos procedimentos avaliativos envolvidos, que atendam às suas necessidades; já o Atendimento Educacional Especializado (AEE) será destinado a estudantes que apresentam deficiências, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, identificando, elaborando e organizando os recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando-se as necessidades específicas do educando a fim de complementar e/ou suplementar a sua formação, e seu processo de autonomia dentro e fora da escola.

Quanto ao currículo e suas adaptações, são medidas pedagógicas constantes no PPP, a serem adotadas por iniciativa dos docentes no exercício de sua prática. Objetivam atender às necessidades especiais dos alunos, viabilizando o seu processo de escolarização, e de estratégias que promovam e favoreçam a aprendizagem. A flexibilização do currículo é

basilar para fortalecer a proposta de consolidação da escola inclusiva. A metodologia é indissociável do currículo, e representa a busca de alternativas educacionais, visando a estar próximo da realidade do aluno, num espaço democrático e na perspectiva de uma política pública de educação inclusiva com igualdade e participação de todos.

Conforme defende o PPP do CAp UFPE, do diálogo entre os docentes e a equipe multiprofissional nasce a consultoria colaborativa. Diz respeito à integração dialogal entre professores e os profissionais da escola (psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros) fortalecendo o desenvolvimento e o acompanhamento dos planos de intervenção. Já o ensino colaborativo diz respeito à colaboração entre professores da classe comum e docentes da educação especial, os quais trabalham de forma integrada, partilhando as responsabilidades do ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. O planejamento e sua implementação, assim como a avaliação da proposta teórico-metodológica, são feitas numa reflexão conjunta. Outro ponto que merece destaque é o da terminalidade específica cujo uso é feito, após estudo aprofundado do caso, por aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.

As Tecnologias Assistivas (TA), também estão sinalizadas como alternativas pedagógicas a serem implementadas no currículo do CAp. Dizem respeito a um agrupamento tecnológico, de característica interdisciplinar, que englobam produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços cujo objetivo visa a promover a funcionalidade à atividade e a participação de pessoas com deficiências.

O PPP do CAp UFPE concebe a avaliação escolar na perspectiva emancipatória e formativa, como elementos indissociáveis e constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, e essencial na fomentação de uma prática ética e crítica que articula as diferentes dimensões e áreas do currículo, do projeto de escola, das práticas pedagógicas, balizando e redirecionando a abordagem pedagógica a fim de promover mais efetivamente a formação e a emancipação cidadã. O texto extraído do PPP nos revela que:

A revisão de procedimentos e instrumentos avaliativos pelo corpo docente é singular, incluindo possibilidades de análise que observem mais estreitamente as diferenças individuais, particularizando-se as necessidades dos alunos relativas às suas limitações quanto à visão, audição, condições físico-motoras ou cognitiva, além das limitações decorrentes de condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou de quadros psicológicos graves, e ainda daquelas pessoas que apresentam altas habilidades/superdotação. (p.63)

No que se refere a avaliação vislumbrada no PPP, de natureza contextual, interativa e processual, deverá ser organizada com base em áreas nas quais foram realizadas adaptações curriculares em razão das necessidades específicas. É a oportunidade de o docente conhecer o aluno em sua complexidade, valorando mais os aspectos qualitativos que os quantitativos no processo de ensino-aprendizagem. É nesse sentido que a avaliação formativa incide sobre o aluno, mas também sobre os próprios métodos adotados pela escola, e ainda sobre os docentes e suas práticas, sinalizando aos protagonistas da ação para seu aperfeiçoamento contínuo.

2.2.2 As metas a serem alcançadas quanto à consolidação da educação especial e inclusiva no CAp UFPE

Ratificando a proposta formativa de desenvolvimento integral e humanizado dos alunos, o PPP do CAp UFPE aponta as ações de caráter inclusivo que deverão subsidiar as intervenções quanto à promoção da educação especial propostas pela comunidade escolar na produção do documento. No capítulo destinado às metas a serem alcançadas nos próximos dois anos, consta um tópico específico à implementação da política de educação especial na escola (p.166-7):

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE
Objetivo: Consolidar os programas de educação inclusiva conforme orientações das Políticas Públicas de Inclusão.
Meta: Construir cronograma de implementação de proposta de educação inclusiva no CAp em até 12 meses.
Iniciativas: 1. Compor comissão de trabalho para: organizar debates formativos, elaborar currículo para atender demandas de necessidades educacionais especiais. 2. Estabelecer parceria com o Núcleo de Estudos Inclusivos - CEI para o atendimento de alunos cegos e ou com baixa visão. 3. Compor equipe especializada e capacitar servidores para o atendimento a este público. 4. Consolidar estudo com vistas à adequação do espaço físico para maior acessibilidade. 5. Instituir cotas para pessoas com deficiência, conforme política de acesso ao CAp. 6. Consolidar a acessibilidade em seus aspectos comunicacional, metodológico, Instrumental e atitudinal.

Objetivando o cumprimento e consolidação das políticas públicas de inclusão e dos programas de educação inclusiva, o CAp UFPE reafirma suas posições ao estabelecer tais parâmetros.

Ao afirmar no documento o compromisso com o estabelecimento das metas a serem alcançadas, no âmbito da educação especial e acessibilidade, a instituição demonstra que assume a responsabilidade social com a inclusão escolar. As parcerias estabelecidas com as instituições que já lidam com a temática serão fundamentais para subsidiar as ações propostas no CAp UFPE. A composição da equipe multiprofissionais a fim de desenvolver ações de articulação entre as instituições educacionais, as famílias e outros serviços públicos e privados que atuam na área de assistência social, da saúde, do lazer/ esporte e da cultura no apoio ao processo de inclusão dos estudantes, além de capacitar servidores, com certeza trará uma nova perspectiva no trato com as questões referentes para o atendimento a esse público.

A instituição de cotas para pessoas com deficiência, como política de acesso ao CAp, é salutar para o processo de inclusão uma vez que, apesar de estar sendo debatida com a comunidade acadêmica a forma de ingresso, devido à grande procura por vagas no CAp UFPE os alunos alvo da educação especial, muitas vezes, não ousam participar do certame usado para disputa de vaga na instituição.

O compromisso assumido na consolidação da política de acessibilidade em seus aspectos comunicacional, metodológico, instrumental e atitudinal assim como também as condições físicas, ambientais e materiais merecem destaque, visto que incluir implica na criação das possibilidades para não apenas o ingresso, mas também a permanência do estudante com deficiência na escola.

3. Metodologia

O trabalho em tela trata-se de pesquisa documental de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2000), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Segundo a mesma autora, qualquer investigação de cunho social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Optamos também por tal procedimento de análise seguindo o pensar de Oliveira (2008, p.172) quando nos evidencia que “fazer pesquisa é analisar dados, causas e efeitos, contextualizando-os no tempo e no espaço, dentro de uma concepção sistêmica” o que sugere uma atenção redobrada aos aspectos da investigação do problema.

O universo da pesquisa consta-se de uma escola pública federal brasileira. Dentro desse universo, selecionei como amostra o Colégio de Aplicação da UFPE, em Recife - PE. Fundado em 10 de março de 1958, integrado à Faculdade de Filosofia, com a finalidade de servir como laboratório e espaço para aplicação de teorias pedagógicas da Universidade. Em 1962, foi transformado em um espaço de experimentação e demonstração de inovações pedagógicas para às disciplinas de Práticas de Ensino, além de servir como campo de estágio de diversos cursos de licenciatura da UFPE. Em 1969, foi implantado o ensino do 2º grau, atual ensino médio passando a ser denominado de Colégio de Aplicação. Em 1976, foi transferido para o Campus Universitário, onde funciona até a presente data. A escolha da instituição como campo de investigação revela-se por ser uma instituição de referência nacional no que tange à qualidade de ensino, referendada por exames avaliativos como o Exame Nacional do Ensino Médio e a Prova Brasil. Portanto, uma referência no que concerne à formação inicial docente.

O *corpus* da pesquisa é formado pelo Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFPE, documento base da escola, cuja atualização foi efetivada no segundo semestre de 2016. A coleta do referido documento, que está disponível no site da instituição www.cap.ufpe.br, ocorreu no dia 01 de dezembro de 2016.

Com as orientações metodológicas descritas, elegemos como categorias de análise: a concepção de educação especial no PPP; as proposições teórico-metodológicas para o atendimento ao aluno com deficiência; as metas a serem alcançadas quanto à consolidação da educação especial na escola.

Como procedimento inicial, fizemos um levantamento bibliográfico sobre a temática da educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Na sequência, realizamos a leitura e o estudo do documento PPP da instituição campo de pesquisa. Nossas análises sobre o PPP se darão à luz das teorias de base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou o PPP de uma escola pública brasileira, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco – CAP - UFPE, observando a proposta de afirmação das ações da educação especial e inclusiva abordada no referido documento.

Para tanto, analisou a concepção de educação especial no PPP; as proposições teórico-metodológicas para o atendimento aos alunos com deficiências e/ou com algum tipo de necessidades educacional especial e as metas a serem alcançadas quanto à consolidação dessa política na escola.

Partimos da hipótese de que a educação inclusiva na perspectiva da educação especial na referida instituição era abordada de forma não sistemática, sem aprofundamento no que diz respeito às práticas vivenciadas no seu interior, e nas ações práticas de seus componentes. Contudo, os resultados das análises apontaram que embora não haja alunos diagnosticados com deficiências, o documento prevê detalhadamente proposições teórico-metodológicas curriculares, bem como sinaliza as ações necessárias ao atendimento adequado, seja do ponto de vista pedagógico e humano, seja do físico-estrutural.

A concepção de educação especial e inclusiva adotada no documento em análise alia-se ao paradigma fundamentado nos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que, nesse sentido, avança em relação à ideia de equidade do ponto de vista legal.

O estudo do documento possibilitou perceber que a organização do trabalho pedagógico na educação especial na educação básica vivenciada no CAp UFPE está em consonância com os documentos oficiais quanto a defesa de uma abordagem educacional de atendimento especializado e a crítica à homogeneização da sala de aula.

Observa-se ainda que a instituição, por não experienciar práticas no cotidiano da educação especial, necessitará de muita cautela no momento da implementação desse processo, de transformação radical, no seu modo operante antes de acumular experiências sistemáticas que lhe permitam uma análise crítica do processo no contexto macro dessas políticas e, sobretudo, no contexto micro da rotina da escola. Para alcançar o êxito desejado, a ação dos seus atores deverá ser refletida para depois ser retomada, buscando-se um contínuo aprimoramento.

Registra-se também que a instituição assume que, no tocante à acessibilidade, algumas barreiras arquitetônicas do espaço escolar se presentificam. Diante do quadro já há previsão, no plano diretor da Universidade, para a implementação de reformas que oportunizem a acessibilidade na instituição. E é, nesse sentido, que a comunidade escolar do Colégio de Aplicação vem reiteradamente negociando junto à UFPE a ampliação e melhoria de sua

estrutura física, de modo a oferecer melhores condições de desenvolvimento do processo educacional aos seus professores e alunos.

A UFPE por sua vez entende que, no contexto da educação emancipatória do ser humano, a acessibilidade no seu espaço acadêmico revela um exercício de cidadania, uma ação formativa contra a discriminação, e em favor da libertação, reflexão crítica, transformação da realidade, construção da autonomia.

A conclusão a que se chega ao final desse trabalho é que se pensarmos na escola que sonhamos, que se reinventa, que não fica estagnada no tempo, que se reinterpreta dia a dia, que entende que cada ser é único, que temos nossas especificidades, que temos tempos diferentes de aprendizagens estaremos diante da escola que vê o projeto político pedagógico como uma das inúmeras possibilidades de efetivação do processo de educação especial e inclusiva que tanto desejamos.

Dar-nos-emos conta, pois, de que essa educação transcende os muros da escola e encontra fôlego para se fortalecer nas ações dos seus atores principais contribuindo, assim, para que a inclusão seja ela social, religiosa, de gênero, das pessoas com deficiências e tantas outras formas de inclusão, deixe de ser algo apenas sancionado em lei e passe a ser o elemento propulsor das ações educacionais dentro e fora da escola.

Acreditamos que essa pesquisa, com vistas a aprofundar os conhecimentos sobre a educação especial e inclusiva no contexto das práticas escolares da educação básica, vem a contribuir para o (re)pensar do processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou algum tipo de necessidade educacional especial na educação básica; como a educação especial é tratada pelo PPP institucional; o que a escola permite entrever quanto ao tratamento pedagógico das relações sociointerativas inclusivas em sala de aula, aprofundando-se assim as reflexões pedagógicas no campo da educação de maneira mais ampla.

Referências

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARANHA, M. S. **Educação Inclusiva: A escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2004.

BEYER, H. O. **Inclusão na avaliação da escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação. 2010.

BRASIL. Educação Infantil – **Saberes e práticas da inclusão**: Introdução. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. 7^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. ed. 37. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica- O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas**. MEC/FNUAP, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MARQUEZAN, R.; LOPES, R.P.V. **O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais**. Educação (UFSM), Santa Maria, v. 2000, p. 3-4.

MENDES, E.G. **Inclusão marco zero: Começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Projetos, relatórios e textos na educação básica: como fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAP UFPE. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**. Disponível em: www.cap.ufpe.br, acesso em 11 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, C. K. **função social da escola**. Disponível em: http://www.webartigos.com/resources/files/modules/article/article_26970_2016092717223_84feb.pdf, acesso em 03 de dezembro de 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. **As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência: Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

VASCONCELLOS, C. S. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VEIGA, I.P.A. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.